

Ferrovias Norte Sul

Uma empresa



Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015 e 2014
Gerência de Contabilidade

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	14

1 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

O ano de 2015 foi importante para concretizar o forte crescimento previsto nas operações da Ferrovia Norte Sul S.A. - ferrovia que conta com uma breve história. Os números auferidos pela companhia são recordes, 37% de crescimento na produção de TKU e 27% de crescimento na Receita Líquida em relação ao ano anterior. Destaque para o início das operações do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, nova opção de escoamento portuário que supriu as limitações de capacidade do Terminal Portuário São Luiz - TPSL em São Luiz e permitiu um crescimento do transporte de grãos na FNS.

Para alavancar sua capacidade produtiva, a FNS investiu mais de R\$ 180 milhões para manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante) e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança. Destaque para o Terminal Integrador Palmeirante II (TI Palmeirante II(TO)) e o Terminal Integrador Porto Nacional (TI Porto Nacional (TO)), que tiveram suas obras finalizadas em 2015 e estão prontos para iniciar as operações em 2016.

A FNS inicia 2016 motivada para continuar crescendo e consolidando sua trajetória de sucesso.

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor-Presidente

1. Síntese do Resultado 2015

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
<i>(em Milhões de R\$)</i>	2013	2014	2015	Δ¹
Receita Bruta	208	316	432	37%
Receita Líquida	194	286	398	39%
EBITDA	185	154	240	55%
Resultado Exercício	120	58	123	113%
Volume Ferrovia (Milhões de TKU)	2.469	3.604	4.941	37%
Volume Ferrovia (Mil de TU)	3.233	4.503	5.773	28%
Margem EBITDA	96%	54%	60%	6,4 p.p
Margem Lucro	62%	20%	31%	10,7 p.p

- A Receita Líquida da FNS fechou o ano de 2015 em R\$ 398 milhões, um aumento de 39% em relação ao ano anterior.
- Lucro Líquido de R\$ 123 milhões em 2015, 113% acima de 2014.
- Geração de caixa medida pelo EBITDA de R\$ 240 milhões, o mais alto da história e 55% acima do ano anterior.
- Recordes na FNS com o faturamento de 4.941 Milhões de TKU, 7% a mais que o ano anterior.
- Recordes nas mercadorias: Soja (2,9 Milhões de TKU); Milho (1,3 Milhões de TU); Celulose (1,2 Milhões de TU); Combustível (0,4 Milhões de TU)

O resultado da FNS em 2015 foi alavancado pelo transporte de produtos agrícolas como soja e milho, além de celulose e combustíveis.

2. Investimentos

Em 2015, a FNS investiu R\$ 187,8 milhões (R\$ 133,1 milhões em capital e R\$ 54,7 milhões em corrente). O número é 86% maior do que em 2014 e 15% maior do que foi investido em 2013. Os recursos foram alocados principalmente na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança.

3. Gestão de Pessoas

A FNS tem realizado grandes investimentos no treinamento e desenvolvimento de seus funcionários, convicta de que a qualidade dos serviços que oferece e a satisfação de seus clientes estão relacionadas diretamente ao profissionalismo e motivação de seus funcionários. O desenvolvimento do empregado é algo muito valorizado internamente. Os principais programas para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada foram: Programa de Estágio; Programa de Trainee Ferroviário; Jovens aprendizes; Inclusão de Pessoas Com Deficiência (PCD).

Por meio de Pesquisa de Engajamento, a FNS procura entender e avaliar as necessidades de seus funcionários desdobrando os resultados em planos de ação.

¹ As variações informadas se referem aos anos de 2014 e 2015.

Como iniciativa para reter e desenvolver os melhores talentos a companhia utiliza dos programas de Carreira e Sucessão e Avaliação de Desempenho.

4. Responsabilidade Social

A Ferrovia Norte Sul compartilha o respeito pela vida e promove a responsabilidade socioambiental por meio do desenvolvimento de programas e ações voltadas ao apoio às comunidades lindeiras a ferrovia. Sempre com foco em segurança, a FNS por meio de programas de prevenção de acidentes e com a manutenção permanente do diálogo junto às comunidades e ao público interno, trabalha de forma integrada para buscar e aperfeiçoar as melhores práticas de segurança na gestão e operação de seus ativos. Iniciativas sociais do Grupo VLI também foram implementadas na área de influência da FNS como, por exemplo: Transportando Conhecimento; Trilhos Culturais; Concurso de Redação.

5. Meio Ambiente

No ano de 2015, foi implantado o modelo de gestão + VLI que estabelece um conjunto de práticas que suportam o negócio, os requisitos legais e técnicos na busca de excelência que capacitam a empresa para o alcance de seus resultados. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é parte integrante do +VLI e possui características aliadas a cada processo da cadeia de valor da VLI. Projetos estratégicos foram desenvolvidos ao longo do ano com destaque para o plano diretor que estabelece um planejamento plurianual para cada tema da área de meio ambiente, fornecendo diretrizes claras para se atingir a excelência operacional em 5 anos a partir de 2016 para toda a VLI. Em algumas áreas operacionais foi implantado o Selo Verde, programa que propõe adequar as edificações da VLI ao conceito de Edificações Eficientes ao utilizar soluções que economizam recursos naturais e reduzem a poluição nas edificações da VLI.

6. Auditores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

São Luís, 18 de Fevereiro de 2015.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovias Norte Sul S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Ferrovias Norte Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Norte Sul S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

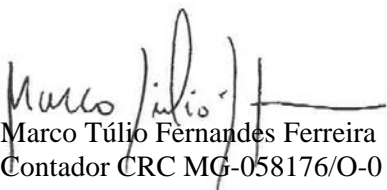
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 22 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

3- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 - Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	30.146	8.810
Contas a receber	4.6	27.995	21.357
Estoques	4.7	1.058	1.504
Tributos a recuperar	4.9	10.159	8.826
Despesas pagas antecipadamente	4.10	2.584	2.797
Demais contas a receber	4.11	8.950	16.338
		<u>80.892</u>	<u>59.632</u>
Não circulante			
Contas a receber	4.6	242.720	142.607
Tributos a recuperar	4.9	13.698	12.812
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.27	1.506	-
Incentivos fiscais - reinvestimento	4.12	2.081	2.657
Imobilizado	4.13	229.572	201.705
Intangível	4.14	1.795.707	1.734.677
		<u>2.285.284</u>	<u>2.094.458</u>
Total do ativo		<u>2.366.176</u>	<u>2.154.090</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	4.18	73.739	49.106
Contas a pagar	4.19	7.879	-
Obrigações fiscais	4.20	7.894	2.119
Obrigações sociais e trabalhistas	4.17	11.006	7.733
Dividendos propostos	4.22	24.788	11.741
Provisões operacionais	4.21	1.959	2.334
		<u>127.265</u>	<u>73.033</u>
Não circulante			
Provisão para contingências	4.15	1.885	-
Benefícios a empregados	4.30	626	454
Subconcessão a pagar	4.16	161.268	146.161
Incentivos fiscais - receitas diferidas	4.12	-	1.028
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	4.8	112.766	68.766
		<u>276.545</u>	<u>216.409</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	4.23	1.712.476	1.712.476
Ajustes de avaliação patrimonial		-	(329)
Reservas de lucros		142.731	152.501
Dividendos adicionais propostos		107.159	-
		<u>1.962.366</u>	<u>1.864.648</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.366.176</u>	<u>2.154.090</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

3.2 - Demonstrações de resultados

Exercício findo em dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita líquida de serviços prestados	4.24	397.788	286.473
Custo dos serviços prestados	4.25(a)	<u>(253.979)</u>	<u>(212.050)</u>
Lucro bruto		<u>143.809</u>	<u>74.423</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	4.25 (b)	(2.583)	(742)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.25 (c)	<u>14.333</u>	<u>2.001</u>
		<u>11.750</u>	<u>1.259</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>155.559</u>	<u>75.682</u>
Resultado financeiro	4.26	<u>4.155</u>	<u>6.049</u>
Despesas financeiras		(2.076)	(1.260)
Receitas financeiras		6.538	6.509
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial		<u>(307)</u>	<u>800</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>159.714</u>	<u>81.731</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.27	(37.208)	(24.144)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(55.942)	(31.886)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		1.506	-
Incentivos fiscais		17.228	7.742
Lucro líquido do exercício		<u>122.506</u>	<u>57.587</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações R\$		<u>71,54</u>	<u>33,63</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 - Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do período		<u>122.506</u>	<u>57.587</u>
Previdencia privada		<u>(329)</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período		<u>122.177</u>	<u>57.587</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.4 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de expansão	Reserva de incentivos fiscais				
Em 31 de dezembro de 2013	1.712.476	6.560	80.517	19.579	-	(329)	-	1.818.803
Resultado abrangente do período								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	57.587	57.587
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	57.587	57.587
Outros resultados abrangentes								
Realização de ajustes patrimoniais	-	-	-	(1.860)	-	-	1.860	-
Total dos outros resultados abrangentes.	-	-	-	(1.860)	-	-	1.860	-
Contribuição e distribuição aos acionistas								
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(11.742)	(11.742)
Transferência entre reservas	-	2.879	37.084	7.742	-	-	(47.705)	-
Total de contribuição e distribuição aos acionistas	-	2.879	37.084	7.742	-	-	(59.447)	(11.742)
Em 31 de dezembro de 2014	1.712.476	9.439	117.601	25.461	-	(329)	-	1.864.648
Resultado abrangente do período								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	122.506	122.506
Reversão da previdência privada	-	-	-	-	-	329	(329)	-
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	329	122.177	122.506
Contribuição e distribuição aos acionistas								
Constituição de reservas	-	6.125	-	17.228	-	-	(23.353)	-
Dividendos adicionais	-	-	(33.123)	-	107.159	-	(74.036)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(24.788)	(24.788)
Total de contribuição e distribuição aos acionistas	-	6.125	(33.123)	17.228	107.159	-	(122.177)	(24.788)
Em 31 de dezembro de 2015	1.712.476	15.564	84.478	42.689	107.159	-	-	1.962.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.5 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	122.506	57.587
Ajustes:		
Depreciação e amortização	84.299	78.602
Provisão para perdas e contingências	2.393	583
Despesas com variação monetária/cambial	308	(800)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	(6.749)	2
Despesa da obrigação de benefício	(454)	166
Incentivo fiscal	(17.228)	(7.742)
	<u>185.075</u>	<u>128.398</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(92.456)	1.551
Estoques	446	(620)
Tributos a recuperar	(3.718)	(4.267)
Despesas antecipadas	213	(2.139)
Incentivos fiscais - reinvestimento - SUDENE	-	(2.657)
Adiantamentos a fornecedores	(3.061)	-
Demais Contas a Receber	10.296	(15.695)
Fornecedores	24.285	21.295
Contas a pagar	7.879	-
Obrigações fiscais	23.000	(23.379)
Obrigações sociais e trabalhistas	3.901	173
Arrendamento e concessões a pagar	-	(228)
Aplicações Incentivos fiscais	576	-
Receitas diferidas - Incentivos fiscais - SUDENE	(1.028)	1.028
Demais Contas a Pagar	116	2.331
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>155.524</u>	<u>105.791</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	7.563	-
Compra de ativo imobilizado e intangível	(174.010)	(130.459)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(166.447)</u>	<u>(130.459)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	44.000	33.646
Dividendos pagos	(11.741)	(17.997)
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	<u>32.259</u>	<u>15.649</u>
Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.336</u>	<u>(9.019)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.810	17.829
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.146	8.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.6 - Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	431.892	315.906
Outras receitas (despesas)	25.001	5.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/constituição	(511)	(583)
	<u>456.382</u>	<u>320.435</u>
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(21.665)	(56.153)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(145.452)	(66.281)
Provisão para perda, contingências, líquida de reversões	(1.882)	-
Outros	(4.069)	(4.524)
	<u>(173.068)</u>	<u>(126.958)</u>
Valor Adicionado bruto	<u>283.314</u>	<u>193.477</u>
Depreciação, amortização	(84.299)	(78.602)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	<u>199.015</u>	<u>114.875</u>
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	21.491	13.027
	<u>21.491</u>	<u>13.027</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>220.506</u>	<u>127.902</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	24.099	17.801
Benefícios	9.129	7.659
F.G.T.S.	1.396	1.138
Outros gastos com pessoal	1.128	463
	<u>35.752</u>	<u>27.061</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	45.281	35.442
Estaduais	155	823
Municipais	104	10
	<u>45.540</u>	<u>36.275</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	16.707	6.979
	<u>16.707</u>	<u>6.979</u>
Remuneração de Capital próprio		
Lucro líquido do período	122.507	57.587
	<u>122.507</u>	<u>57.587</u>
Valor Adicionado distribuído	<u>220.506</u>	<u>127.902</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4 - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado do Tocantins. O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia, vide nota explicativa 4.16. O trecho encontra-se em operação.

O pagamento da parcela remanescente a ser pago à Valec do Contrato de Subconcessão da Ferrovia Norte Sul será suportado por aportes a serem efetuados pela Controladora da FNS: VLI Multimodal S.A.

Em 31 de março de 2011, a VLI S.A. ("VLI") transferiu para a VLI Multimodal S.A. o montante de 1.354.911.141 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A., alterando desta forma o controle acionário direto da Companhia.

Em 1º de abril de 2014, mediante a abstenção de sua participação na Companhia, a Vale S.A aumentou o capital social da VLI S.A em R\$ 379.766, mediante a emissão de 410.279.538 (quatrocentos e dez milhões, duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, relativas à sua participação na Companhia. Desta forma o capital social da Companhia passa a ter o controle acionário de 79,12% da VLI Multimodal S.A e 20,88% da VLI S.A.

Em abril de 2014, a Vale S.A efetivou a transferência de participação de 20% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.509.200, representados por 1.778.158.082 ações ordinárias, para Mitsui & Co. ("Mitsui"). Nesta operação R\$ 709.200 foram pagos diretamente à Vale S.A. e R\$ 800.000 aportados na VLI.

Ainda em abril de 2014 a Vale S.A. efetivou a transferência de 15,9% do capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 1.200.000, representados por 1.413.854.823 ações ordinárias, para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ("FI-FGTS"), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta operação foi efetivada através de aporte na VLI.

Em Agosto de 2014, a Vale S. A. efetivou a transferência de 26,5% da sua participação no capital da VLI, sua controladora indireta, pelo valor de R\$ 2.000.000, representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield Asset Management (Brookfield). Nesta operação o valor foi pago diretamente para Vale.

Com a conclusão dessa operação a VLI (controladora indireta) passa a ser controlada por um acordo de acionistas celebrado entre Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovia Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2016.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

b) Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 1º de janeiro de 2015 que tenham tido um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.3 - Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e

equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no decorrer do período, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*impairment*”).

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações contábeis.

d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

e) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A FNS por ser uma atividade de infraestrutura que promove o desenvolvimento da região nordeste do Brasil, possui incentivos Fiscais da SUDENE.

- O Lucro da Exploração é um incentivo que reduz o IRPJ corrente em 75%. O incentivo contempla as atividades operacionais exercidas pela FNS no Maranhão.
- O Reinvestimento é um incentivo fiscal que reduz em 30% o IRPJ devido. O Valor deste incentivo deve ser revertido em projetos de modernização ou aquisição de equipamento novos.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) receitas, operacionais, líquidas”.

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.13.

g) Intangível

Refere-se ao valor pago para operar os trechos de subconcessão entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins, acrescidos dos custos pela atualização aplicada às parcelas a vencer da subconcessão e benfeitorias realizadas nos trechos ferroviários.

A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.14.

h) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados para verificação de redução do valor recuperável (*impairment*) sempre que

eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

j) Subconcessão a pagar

No Brasil, o serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação do serviço de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ITG 01 (que aprova o ICPC 01) não se aplicam aos contratos de concessão e subconcessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação CTG 05 (que aprova o OCPC 05) - Contratos de Concessão, considerando que :

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

I) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

A Companhia constituiu provisão de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI.

m) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades ferroviárias como estadia de vagões e aluguel de locomotivas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança;
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e;
- 3) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

n) Dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos dos artigos 195.a e 202 da Lei 6.404/76.

o) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

p) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.28, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

q) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1º de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

r) Capital Social

Ações ordinárias - custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

4.4 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a Administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

a) Benefícios de plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão está à taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Subconcessão

Conforme descrito na Nota 4.3(j) a Companhia segue as orientações da ITG 01 (que aprova o ICPC 01) e da CTG 05 (que aprova o OCPC 05) para contabilizar a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- II. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- III. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

c) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

d) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

e) Outros aspectos relacionados à apresentação das informações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e Bancos	1.038	2.833
Aplicações Financeiras	<u>29.108</u>	<u>5.977</u>
	<u>30.146</u>	<u>8.810</u>

Aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 100,74% em 31 de dezembro de 2015 e 100,3% em 31 de dezembro de 2014 do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

4.6 - Contas a receber

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Contas a receber de clientes	11.243	18.604
Contas a receber partes relacionadas	18.066	3.556
Menos: Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	<u>(1.314)</u>	<u>(803)</u>
	<u>27.995</u>	<u>21.357</u>
Não circulante		
Contas a receber - VALEC (a) (b)	242.720	142.607

(a) Em dezembro de 2013, a FNS registrou o montante de R\$ 99.275, referente ao valor principal da multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários, objetos do contrato de subconcessão disposto na nota 4.16, que se mantém para os anos subsequentes e R\$ 36.965 correspondente ao valor da atualização monetária, totalizando R\$ 136.241. Devido a atualização monetária da multa, o saldo do ano de 2014 contabilizou um montante total de R\$ 142.607.

O ano de 2015 apresentou saldo de atualização de R\$ 58.137, que somado ao valor principal da multa e ao valor de R\$ 85.308, referente ao saldo de TAC IBAMA, totaliza R\$ 242.720. Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento. A multa esta sendo atualizada mensalmente pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). O valor final decorrente da referida multa encontra-se ainda em negociação entre a Companhia e a Valec.

(b) Termo de compromisso entre Ibama, Valec e FNS (TAC_IBAMA) que tem por objetivo estabelecer responsabilidades para Valec e FNS, em observância às vitórias do Ibama já realizadas.

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	256.219	153.156
Vencidos até 3 meses	13.811	637
Vencidos de 3 a 6 meses	27	469
Vencidos acima 6 meses	<u>1.972</u>	<u>10.549</u>
Contas a receber	<u>272.029</u>	<u>164.767</u>

4.7 - Estoques

Os saldos apresentados em estoques são compostos principalmente por combustíveis utilizados na operação da companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é R\$ 1.058 (R\$ 1.504 em 31 de dezembro de 2014)

4.8 - Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.	Controle Compartilhado
Brookfield Brasil Infrastructure Fundo de Investimentos em Participações	Controle Compartilhado
Mitsui & Co Ltd	Controle Compartilhado
FI-FGTS	Controle Compartilhado
Brasil Port Holdings L.P.	Controle Compartilhado
VLI S.A.	Controladora Indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora Direta
Demais Empresas	Ligadas

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Contas a receber		
Vale S/A	1.944	3.523
VLI Multimodal S.A.	16.089	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A	33	33
	<u>18.066</u>	<u>3.556</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Pasa- Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale	27	-
Ferrovia Centro Atlântica S.A	118	67
VLI Multimodal S.A	2.408	-
Valia	171	-
Vale S/A	12.284	17.454
	<u>15.008</u>	<u>17.521</u>
	31/12/2015	31/12/2014
Passivo não Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
VLI Multimodal S.A.	112.766	68.766
	<u>112.766</u>	<u>68.766</u>
Benefícios a empregados pós-aposentadoria		
Valia	-	454
	<u>-</u>	<u>454</u>

Demonstrações do Resultado

Receitas

Receita bruta de serviços prestados		
Receita de aluguel de locomotiva		
Vale S/A	4.108	2.405
VLI Multimodal S.A	10.300	13.245
	<u>14.408</u>	<u>15.650</u>
Outras Receitas (despesas) Operacionais		
Vale S/A	739	1.790
	<u>739</u>	<u>1.790</u>
Custos e despesas		
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões		
VLI Multimodal S.A.	-	(1.225)
Vale S/A	-	(222)
	<u>-</u>	<u>(1.447)</u>
Custo com direito de passagem		
Vale S/A	(26.574)	(33.666)
	<u>(26.574)</u>	<u>(33.666)</u>
Custo dos serviços		
PASA	(189)	(156)
	<u>(189)</u>	<u>(156)</u>
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	(605)	(531)
	<u>(605)</u>	<u>(531)</u>

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FNS tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

Os custos com Direito de passagem representam os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás - EFC.

Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Refere-se à conversão de dívida relativa à compra de locomotivas e vagões oriunda de sua controladora e visa atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia.

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora VLI, sem o respectivo reembolso.

4.9 - Tributos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	5.931	5.280
Pis e Cofins a compensar	3.180	-
ISS	2	-
Imposto de renda retido na fonte	905	1.095
Imposto de renda e contribuição social antecipados	141	2.451
	<u>10.159</u>	<u>8.826</u>
Não Circulante		
ICMS a recuperar	13.698	12.812
	<u>13.698</u>	<u>12.812</u>
Tributos a recuperar - total	<u>23.857</u>	<u>21.638</u>

4.10 - Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente em 31 de dezembro de 2015 tem sua composição a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	1.680	1.938
Despesas c/ licença de uso de softwares	45	-
Outras despesas anecipadas	859	859
	<u>2.584</u>	<u>2.797</u>

	<u>Valor</u>	<u>Parcelas a Apropriar</u>	<u>Vigência</u>
Circulante			
Prêmios de seguros pagos antecipadamente			
Responsabilidade Civil Geral	370	11 parc. R\$ 30,8	339 nov/2015 a nov/2016
Riscos Operacionais	1.462	11 parc.R\$ 121,8	1.341 nov/2015 a nov/2016
Despesas c/ licença de uso de softwares	78	7 parc. R\$ 6,5	45
Outras despesas antecipadas	859	1 parc.	859
		<u>2.584</u>	

4.11 - Demais contas a receber

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Adiantamento a empregados	2.563	1.447
Adiantamento a fornecedores	5.568	2.659
Contas a receber - TAC IBAMA_VALEC	-	11.860
Outras contas	819	372
	<u>8.950</u>	<u>16.338</u>

4.12 - Incentivos Fiscais - reinvestimento

Reinvestimento e Receita Diferida

Reinvestimento - trata-se de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios.

A FNS irá optar pelo incentivo na sua Declaração de Rendimentos e depositar os valores correspondentes nas agências do Banco do Nordeste (BNB), ficando esse montante, enquanto não aplicado, reservado e preservado em conta vinculada remunerada pelo Banco, com base na Taxa Extramercado divulgada pela Banco Central do Brasil, da data da efetivação do depósito até a da sua efetiva liberação. O saldo de Incentivos Fiscais - Reinvestimentos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são valores de R\$ 2.081 e R\$ 2.657.

Os valores recolhidos ao BNB podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconicionados.

4.13 - Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo imobilizado tinha a seguinte composição:

				31/12/15	31/12/14
	Tempo estimado vida útil (anos)	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	33,3 a 40	2,72%	40.725	(2.149)	38.576
Instalações auxiliares/sistemas	20 a 50	3,46%	19.329	(1.251)	18.078
Equipamentos autônomos	5 a 20	3,46%	43.510	(6.017)	37.493
Veículos	3 a 6,6	10,97%	6.725	(3.712)	3.013
Bens administrativos/auxiliares	10	18,92%	1.385	(426)	959
Equip. aplicativos informática	5	10,00%	2.368	(344)	2.024
Locomotivas	12,5 a 25	20,00%	6.462	5.079	11.541
Vagões	33,3	4,57%	98.647	(19.496)	79.151
Outros ativos	10	3,00%	5.698	(141)	5.557
			224.849	(28.457)	196.392
Benfeitorias em curso			33.180	-	33.180
Total benfeitorias em curso			33.180	-	33.180
			258.029	(28.457)	229.572
					201.705

Imobilizado - Custo	31/12/14	Adições	Baixas	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/12/15
Imóveis	13.991	-	-	18.869	7.865	40.725
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	16.926	-	-	2.403	-	19.329
Equipamentos autônomos	14.302	-	(27)	20.119	-	34.394
Veículos	5.719	-	-	744	262	6.725
Bens administrativos/auxiliares	1.065	-	(16)	336	-	1.385
Equipamentos e aplicativos de informática	393	-	(82)	2.057	-	2.368
Locomotivas	17.252	-	(11.820)	5.187	(4.157)	6.462
Vagões	98657	-	(10)	-	-	98.647
Via permanente	-	-	-	7.044	2.072	9.116
Outros ativos	-	-	-	3.614	2.084	5.698
	168.305	-	(11.955)	60.373	8.126	224.849
Benfeitorias em curso	62.832	30.721	-	(60.373)	-	33.180
Total benfeitorias em curso	62.832	30.721	-	(60.373)	-	33.180
	231.137	30.721	(11.955)	-	8.126	258.029

Imobilizado - depreciação	31/12/14	Adições	Baixas	31/12/15
Imóveis	(544)	(1.605)	-	(2.149)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(738)	(513)	-	(1.251)
Equipamentos autônomos	(3.414)	(2.625)	22	(6.017)
Veículos	(2.590)	(1.122)	-	(3.712)
Bens administrativos/auxiliares	(304)	(129)	7	(426)
Equipamentos e aplicativos de informática	(264)	(146)	66	(344)
Locomotivas	(5.351)	(615)	11.045	5.079
Vagões	(16.227)	(3.270)	1	(19.496)
Outros ativos	-	(141)	-	(141)
	(29.432)	(10.166)	11.141	(28.457)

Os gastos com ativos imobilizado e intangível são registrados como ativo imobilizado e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na subconcessão). Os ativos relacionados à subconcessão são transferidos para o ativo intangível.

As adições no imobilizado em curso referem-se, substancialmente, as benfeitorias na malha ferroviária.

	31/12/15	31/12/14
Aquisição e modernização de material rodante	1	4.126
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	26.966	58.567
Aquisição de Equipamentos Ferroviários	6.191	117
Implantação de Projetos	22	22
	33.180	62.832

4.14 - Intangível

O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação, para operar os trechos descritos na Nota 4.1, acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente.

A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

					<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u>
	<u>Tempo estimado de vida útil remanescente</u>	<u>Taxa média anual de amortização</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Direitos de Subconcessão	22 anos	3,09%	1.776.431	(371.506)	1.404.925	1.468.785
Softwares adquiridos	9 meses	20,00%	872	(697)	175	221
			1.777.303	(372.203)	1.405.100	1.469.006
Benfeitorias propriet. arrendadas						
Imóveis	22,6 anos	3,10%	1.883	(147)	1.736	8.870
Instalações auxiliares/sistemas oper	4 anos	3,06%	3.254	(155)	3.099	831
Via permanente	14 a 22,6 anos	2,60%	202.604	(15.487)	187.117	121.224
Outros ativos	9,6 anos	10,00%	82.041	(3.879)	78.162	14.740
			<u>289.782</u>	<u>(19.668)</u>	<u>270.114</u>	<u>145.665</u>
Benfeitorias em curso			<u>120.493</u>	<u>-</u>	<u>120.493</u>	<u>120.006</u>
			<u>2.187.578</u>	<u>(391.871)</u>	<u>1.795.707</u>	<u>1.734.677</u>
Intangível - custo						
	<u>31/12/14</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Transferências entre imobilizado e intangível</u>	<u>31/12/15</u>	
Direitos de Subconcessão	1.776.431	-	111	(111)	1.776.431	
Softwares adquiridos	761	-	-	111	872	
	1.777.192	-	111	-	1.777.303	
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	9.662	-	633	(8.412)	1.883	
Instalações auxiliares/sistemas operac.	875	-	2.379	-	3.254	
Via permanente	129.772	-	72.546	286	202.604	
Outros Ativos	14.864	-	67.177	-	82.041	
	<u>155.173</u>	<u>-</u>	<u>142.735</u>	<u>(8.126)</u>	<u>289.782</u>	
Benfeitorias em curso	<u>120.006</u>	<u>143.333</u>	<u>(142.846)</u>	<u>-</u>	<u>120.493</u>	
	<u>2.052.371</u>	<u>143.333</u>	<u>-</u>	<u>(8.126)</u>	<u>2.187.578</u>	

Intangível - amortização	31/12/14	Adições	31/12/15
Direitos de Subconcessão	(307.646)	(63.860)	(371.506)
Softwares adquiridos	(540)	(157)	(697)
Imóveis	(792)	645	(147)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(44)	(111)	(155)
Via permanente	(8.548)	(6.939)	(15.487)
Outros Ativos	(124)	(3.755)	(3.879)
	(317.694)	(74.177)	(391.871)

A composição do intangível em curso pode ser assim demonstrada:

	31/12/15	31/12/14
Construção e ampliação de pátios e terminais	16.864	855
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	9.523	2.957
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	3.390	1.001
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	4.736	327
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	85.980	114.866
	120.493	120.006

4.15 - Provisão para Contingências

A FNS possui ação de natureza trabalhista registrada, requerendo o pagamento de horas extras e diferenças salariais conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos.

	31/12/15	31/12/14
Contingências Trabalhistas	1.885	-
	1.885	-

Contingências possíveis não provisionadas

A FNS possui ação de natureza cível, cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2015 o montante estimado de contingência possível é de R\$ 7.641 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 7.000).

4.16 - Subconcessão a pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO), conforme mencionado na Nota 4.1.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia

a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro 2015 era de R\$ 161.268 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 146.161). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 08 de março de 2013 a Companhia celebrou com a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A. um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A e a Vale S.A, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar Plano de Trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

4.17 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários e encargos	2.410	2.521
Provisão para férias e 13º Salário	1.875	1.266
Benefícios trabalhistas	978	238
Participação nos resultados	5.743	3.705
Outros	-	3
	<u>11.006</u>	<u>7.733</u>

4.18 - Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores terceiros (a)	58.731	31.585
Fornecedores partes relacionadas	15.008	17.521
	<u>73.739</u>	<u>49.106</u>
(a) Fornecedores terceiros		
Mercado interno	53.829	30.874
Mercado externo	4.902	711
	<u>58.731</u>	<u>31.585</u>

4.19 - Contas a pagar

Em decorrência de suas atividades operacionais, a companhia é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais faturas.

Visando proporcionar alternativas de recebimentos para seus fornecedores, a companhia concordou em participar dos convênios celebrados com instituições financeiras para operações de risco sacado, sem ônus para a Ferrovia Norte Sul. Em dezembro de 2015 estas operações apresentavam saldo de R\$. 7.879 (Em 2014 o saldo era de R\$ 0,00)

4.20 - Obrigações fiscais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica)	2.897	120
ICMS (Impostos s/ Circulação de Mercadorias e Serviços)	218	221
IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte)	1.960	523
PIS, COFINS	1.030	317
ISS (Imposto s/ Serviços)	1.789	938
	<u>7.894</u>	<u>2.119</u>

4.21 - Provisões Operacionais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Seguro Responsabilidade Civil	370	432
Seguro Risco Operacional	1.589	1.339
Seguro Responsabilidade Civil Transp. Carga Ferroviária		563
	<u>1.959</u>	<u>2.334</u>

4.22 - Dividendos propostos

Conforme o ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos devem ser reconhecidos como passivo, somente se atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Sendo assim, os dividendos que forem declarados pela assembleia geral, ou outro órgão competente, de acordo com as formalidades previstas no estatuto social, ou equivalente, antes da data-base das demonstrações contábeis atendem aos requisitos de obrigação presente e, portanto, se não pagos, devem figurar no passivo da entidade como obrigação.

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Companhia. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social. A destinação do eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário proposto pela diretoria será submetido à deliberação da Assembleia Geral.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	122.506	57.587
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício ajustado	122.506	57.587
Reserva legal - 5%	(6.125)	(2.879)
Reserva de incentivo fiscal	(17.228)	(7.742)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	99.153	46.966
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(24.788)	(11.741)
Dividendos propostos a pagar	<u>(24.788)</u>	<u>(11.741)</u>

4.23 - Patrimônio líquido

a) Capital

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI S.A. transferiu integralmente para a VLI Multimodal a sua participação societária de 20,88% sobre o patrimônio líquido da Ferrovia Norte Sul S.A., correspondente a 357.565.023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A transferência das ações foi avaliada e aprovada com base no laudo contábil, emitido por empresa especializada, elaborado com base no acervo contábil da Ferrovia Norte Sul S.A. de 31 de dezembro de 2014.

Com esta transferência, a partir desta data a VLI Multimodal passou a deter 100% de participação sobre o patrimônio líquido da Ferrovia Norte Sul S.A.

Acionistas	Ações Ordinárias	% Participação
VLI Multimodal S.A.	1.712.476.164	100,00%
Totais	1.712.476.164	100,00%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o capital social da empresa é de R\$1.712.476, correspondente a 1.712.476.162 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para expansão/investimentos é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou aplicação em projetos de benfeitoria em propriedades de subconcessão.

A reserva de incentivos fiscais recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

c) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

d) Reserva de expansão

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da companhia.

e) Dividendos adicionais propostos

A administração da companhia destinou a parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 107.159, sendo a parte do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 74.036 e da reversão parcial da reserva de expansão no valor de R\$ 33.123.

f) Lucro líquido por ação

Básico e diluído

O lucro líquido básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido por ação.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Calculo da média ponderada de ações		
(1.712.476.162 x 12/12)	1.712.476.162	1.712.476.162
Lucro Líquido do período	122.506	57.587
Ações em 31 de dezembro	1.712.476.162	1.712.476.162
Lucro líquido básico diluído por lote de mil ações R\$	71,54	33,63

4.24 - Receita dos serviços prestados

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	247.917	180.679
Receita de estadia de vagões	732	(65)
Receita de aluguel de locomotivas	17.842	15.650
Receita de serviços acessórios	165.401	119.642
	<u>431.892</u>	<u>315.906</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(8.061)	(5.401)
PIS	(3.868)	(3.723)
COFINS	(17.816)	(20.309)
INSS Desoneração folha	(4.359)	
	<u>(34.104)</u>	<u>(29.433)</u>
Receita líquida dos serviços vendidos	<u>397.788</u>	<u>286.473</u>

A sazonalidade do mercado no qual a Companhia atua tem repercussão direta em suas operações. Os principais clientes da Companhia atuam em mercados altamente sazonais, como o agronegócio e o plantio de soja. Qualquer flutuação nesse setor pode causar um efeito adverso nos negócios da Companhia. Os produtos transportados pela Companhia têm apresentado um padrão de sazonalidade muito significativa nos meses de outubro a março, período de entressafra.

As receitas de 03 (três) clientes do segmento de agricultura e 01 (um) cliente do segmento de celulose da Ferrovia Norte Sul S.A. representam aproximadamente R\$ 166.105 do total de receitas bruta da Companhia.

4.25 - Custos dos serviços prestados e despesas por natureza

a) Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	(32.688)	(26.256)
Encargos sociais	(2.356)	(1.796)
Serviços contratados	(40.004)	(37.884)
Material e Componentes Ferroviários	(4.414)	(2.179)
Combustíveis	(32.137)	(18.161)
Tráfego Mútuo de frete / direito de passagem	(56.930)	(46.541)
Tributos	(192)	(741)
Diversos	(964)	(27)
Depreciação e amortização	(84.294)	(78.465)
	<u>(253.979)</u>	<u>(212.050)</u>

b) Despesas gerais administrativas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	(243)	-
Encargos Sociais	(20)	-
Serviços contratados	(306)	(293)
Diversos	(1.801)	(87)
Tributos	(208)	(224)
Depreciação e amortização	(5)	(138)
	<u>(2.583)</u>	<u>(742)</u>

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	2.591	2.800
Recuperação de despesas	3.371	2.121
Travessias	32	19
Multas contratuais	7.713	172
Venda de Ativos	7.563	-
Reversão benefícios a empregados	454	-
Outros	3.277	-
	<u>25.001</u>	<u>5.112</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(1.819)	124
Baixa de Ativos	(814)	(2)
Participação no resultado	-	(27)
Outros gastos c/pessoal	(650)	(281)
Perda de recebível	(140)	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	(1.704)
Outros	(4.492)	(600)
Indenizações	(360)	(38)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(511)	(583)
Provisão para contingências	(1.882)	-
	<u>(10.668)</u>	<u>(3.111)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>14.333</u>	<u>2.001</u>

4.26 - Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	5.629	5.600
Juros, taxa e multas de mora	491	825
Outras receitas financeiras	418	84
	6.538	6.509
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	-	(55)
Encargos por atraso	(2)	(4)
Juros, taxas e multas	(981)	(1.140)
Outras despesas financeiras	(1.093)	(61)
	(2.076)	(1.260)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	(308)	800
	(308)	800
Resultado financeiro	4.154	6.049

4.27 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	329	201
Provisão para contingências	471	-
Outras provisões	1.926	578
	2.726	779
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	118	72
Provisão para contingências	169	-
Outras provisões	694	208
	981	280
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	1.506	-
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	2.200	(1.059)

A expectativa de realização dos créditos relativos às adições temporárias, ocorrerá da seguinte forma:

ANO	31/12/2015	31/12/2014
2016	1.506	-
	1.506	-
Composição dos tributos diferidos reconhecidos		
Imposto de renda diferido		
Outras provisões	1.107	-
	1.107	-
Contribuição social diferida		
Outras provisões	399	-
	399	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	1.506	-

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	159.713	159.713	81.731	81.731
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	170	170	13.708	449
Multas não dedutíveis	824	824	-	-
Outras	979	979	-	-
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	1.882	1.882	583	583
Constituição de obrigação de benefício de aposentadoria	(454)	(454)	166	166
Constituição (reversão) de participação nos resultados, líquida	2.038	2.038	-	-
Constituição de perdas de créditos, líquida	511	511	-	-
Constituição (Reversão) de outras provisões, líquida	(201)	(532)	1.176	1.176
Lucro real	165.462	165.462	97.364	84.105
Imposto de renda e contribuição social - (IRPJ - 25% e CSLL 9%)	(41.343)	(14.862)	(24.317)	7.569
Programa de Alimentação do trabalhador (PAT)	263	-	-	-
Despesas do ano corrente	(41.343)	(14.862)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(41.080)	(14.862)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.107	399		
Incentivos Fiscais	17.228		7.742	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.745)	(14.463)	(16.575)	(7.569)

c) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. No presente exercício foi apurado lucro operacional nas atividades da Companhia o que gerou um benefício de R\$ 17.228 (R\$ 7.742 em 2014). O Incentivo é concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2018.

4.28 - Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares, e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas e;
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.29 - Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*. Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	R\$ 300.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 8.000
Transporte Nacional	All Risk	R\$ 150 por evento
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 x Salário Base
	Menores e aprendizes	R\$ 13

4.30 - Benefícios a empregados

A partir de agosto de 2010, com a efetiva contratação de mão de obra própria, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale S.A. e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e outras empresas do Grupo VLI são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FNS

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em agosto de 2010 e para ele migraram todos os empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, 433 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (em 31 de dezembro de 2014 - 326).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FNS são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.

- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$ 605 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 531).

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.203	914
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	50	57
3. Custo dos juros	158	108
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	(82)	(42)
5. Redimensionamento da obrigação		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	(400)	(37)
b. Efeito da alteração de premissas financeiras		-
c. Efeito da experiência do plano	(102)	202
6. Obrigação de benefício definido no final do ano	<u>(376)</u>	<u>1.202</u>
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	1.138	626
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	149	74
3. Fluxos de caixa		
a. Contribuição paga pela empresa	680	552
b. Benefício pago pelo plano	(82)	(42)
4. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	789	(73)
5. Valor justo do ativo do plano no final do ano	<u>2.673</u>	<u>1.137</u>
C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
1. Obrigação de benefício definido	827	1.202
2. Valor justo do ativo do plano	2.673	1.137
3. Situação financeira do plano	<u>(1.846)</u>	<u>65</u>
4. Passivo / (Ativo) líquido	<u>(1.846)</u>	<u>65</u>
D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido		
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	50	57
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	158	108
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(149)	(74)
c. Custo líquido total dos juros	<u>9</u>	<u>34</u>
3. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	59	91
4. Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")		
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	(400)	(37)
b. Efeito da alteração de premissas financeiras		
c. Efeito da experiência do plano	(102)	202
d. Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	<u>(789)</u>	<u>73</u>
e. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	<u>(1.290)</u>	<u>238</u>
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	<u>(1.231)</u>	<u>477</u>
E. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido		
1. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	65	288
2. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	59	239
3. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(1.290)	238
4. Fluxos de caixa		
a. Contribuição paga pela empresa	<u>(680)</u>	<u>(552)</u>
5. Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	<u>(1.846)</u>	<u>65</u>

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Principais premissas atuariais	31/12/2015	31/12/2014
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,31%	11,83%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	9,18%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	13,10%	11,83%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,12%	9,18%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	6,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	6,00%
5. Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-83 masculina
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	19,3698
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	20,4468	19,3698

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, em curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

4.31 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, subconcessão a pagar e passivos com partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as empresas do grupo VLI não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações (inputs) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Abordagem de mercado

Técnica de avaliação que utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos idênticos ou comparáveis (ou seja, similares), como, por exemplo, um negócio.

Fatores de riscos financeiros

As atividades da FNS a expõe a riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

(a) Riscos de Mercado

Riscos de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FNS, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo, o óleo diesel(principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pela Subconcessão a pagar (Nota 4.16), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(b) Riscos de créditos

Os riscos de créditos são administrados corporativamente. Os riscos de créditos são decorrentes de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes,incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes.

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo VLI, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado - Brasil e Exterior

Rating Mínimo da Instituição de acordo com Agências S&P ou Fitch (1)	Patrimônio Líquido da instituição (2)	Disponível de Caixa (3)
brAA	10%	45%
brAA-	10%	30%
brA	5%	20%
brA-	5%	5%

- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e "*rating*" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 possuem vencimento no curto prazo (menos de 12 meses).

Instrumentos financeiros

Abaixo relacionamos os Instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativos financeiros		
Contas a receber	252.649	160.408
Partes relacionadas	18.066	3.556
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	1.038	2.833
Aplicações financeiras	29.108	5.977
	<u>300.861</u>	<u>172.774</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	58.731	31.585
Contas a pagar	7.879	
Partes relacionadas	15.008	17.521
Arrendamentos, Concessão e Subconcessão a pagar	161.268	146.161
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	112.766	68.766
	<u>355.652</u>	<u>264.033</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Total passivo	403.810	289.442
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(30.146)	(8.810)
	<u>373.664</u>	<u>280.632</u>
Patrimônio líquido	1.962.366	1.864.648
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	112.766	68.766
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>2.075.132</u>	<u>1.933.414</u>
	<u>18,01%</u>	<u>14,51%</u>

5 - Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Luiz Otávio Andrade Rodrigues da Costa

Milton Nassau Ribeiro

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretoria

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretor

Leonardo Gonçalves Paiva

Diretor

Fabio Stewson de Souza

Contador - CRC-MG 045913/O-6 "S" MA